


A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, ÉTNICA E RACIAL NA ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO ILÊ AIYÊ, DE SALVADOR-BA: CORPOREIDADE, AFIRMAÇÃO E LUTA ANTIRRACISTA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4211424251114>

Data de aceite: 09/12/2024

Anália de Jesus Moreira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB
Pós Doutorado em Educação,
Universidade Federal da Bahia/UFBA

INTERCULTURAL, ETHNIC AND RACIAL EDUCATION IN THE ILÊ AIYÊ CARNIVAL BLOCK ASSOCIATION, FROM SALVADOR-BA: CORPOREALITY, AFFIRMATION AND ANTI-RACIST STRUGGLE

RESUMO: Este trabalho foi construído a partir de um estudo sobre educação, corpo e cultura na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê de Salvador-Ba. Partem as reflexões de análises sobre o Projeto de Extensão Pedagógica, PEP, e das práticas educativas cotidianas do bloco na formação de sujeitos. As formas de construção desta educação considerada emancipatória envolvem a corporeidade, a musicalidade e a luta antirracista. Deste modo, compreendemos que a interculturalidade crítica e a educação étnica e racial estão postas nas dinâmicas do bloco, configurando-se como um movimento contra hegemônico educacional, cultural, racial, político e corporal.

PALAVRAS-CHAVE: interculturalidade; corporeidade; educação; Relações étnico Raciais.

ABSTRACT: This work was based on a study on education, body and culture in the Association of Carnavalesco Ilê Aiyê of Salvador-Ba. The analysis reflections on the Pedagogical Extension Project, PEP, and the daily educational practices of the block in the formation of subjects start. The forms of construction of this education considered emancipatory involve corporeality, musicality and antiracist struggle. In this way, we understand that critical interculturality and ethnic and racial education are embedded in the dynamics of the bloc, becoming a counter-hegemonic educational, cultural, racial, political and corporal movement.

KEYWORDS: interculturality; corporeity; education; Racial ethnic relations.

EDUCACIÓN INTERCULTURAL, ÉTNICA Y RACIAL EN LA ASOCIACIÓN BLOCO CARNIVALESCO ILÊ AIYÊ, EN SALVADOR-BA: CORPOREIDAD, AFIRMACIÓN Y LUCHA ANTIRACISTA

RESUMEN: Este trabajo fue construido a partir de un estudio sobre educación, cuerpo y cultura en la Asociación Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê de Salvador-Ba. Parten las reflexiones de análisis sobre el Proyecto de Extensión Pedagógica, PEP, y de las prácticas educativas cotidianas del bloque en la formación de sujetos. Las formas de construcción de esta educación considerada emancipatoria envuelven la corporeidad, la musicalidad y la lucha antirracista. De este modo, comprendemos que la interculturalidad crítica y la educación étnica y racial están colocadas en las dinámicas del bloque, configurándose como un movimiento contra hegemónico educativo, cultural, racial, político y corporal.

PALABRAS-CLAVE: interculturalidad; corporeidad; la educación; Relaciones étnicas Raciales.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa¹ da tese de doutoramento construída entre os anos de 2009 e 2013 na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, UFBA. Se propõe a compreender como o corpo influencia os processos de afirmação e formação social do *lôcus* da pesquisa, a Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, de Salvador-Ba/Brasil.

Escolhemos estudar as concepções de corpo no Ilê e suas interfaces com a educação, analisando o Projeto de Extensão Pedagógica, PEP, documento balizador das ações político-pedagógicas do Ilê Aiyê. O caminho que se delineou para esta pesquisa exigiu uma investigação do tempo presente sobre a construção histórica do Ilê Aiyê, implicando em uma busca de explicações sobre os pilares nos quais se apoiam suas aspirações políticas e as formas por meio das quais o Ilê produz seus aparatos pedagógicos e ações sociais, visando afirmar-se enquanto raça, cultura e educação.

Para abrir tais caminhos foi preciso considerar o Ilê Aiyê como entidade referência nos debates mais atuais sobre a problemática cultural, social e educacional nas diásporas, especialmente na maior diáspora negra da América Latina, a cidade do Salvador, que detém em sua população total cerca de 80% de pretos e pardos. Para além de um simples levantamento da história presente e dos meandros das relações internas e externas do Ilê Aiyê, foi preciso observar sua dinâmica social e os caminhos por onde transitam suas concepções mais emblemáticas como é o caso da corporalidade, das ações educativas e de seus conceitos e construções de Cultura e Educação. Estas concepções estão diluídas nas práticas pedagógicas e entrelaçadas aos propósitos políticos do bloco.

1. Trata-se da tese As concepções de corpo na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê: um estudo a partir da história do bloco e das práticas pedagógicas da Escola Mãe Hilda e Banda Erê.

Consideramos o termo diversidade a partir de seus significados políticos imbricados com as aspirações de classes e categorias menos favorecidas econômica, social e culturalmente. Portanto, diversidade ganha neste trabalho uma dimensão politizada e conscientizada, fugindo do termo relativo e cordial. Justificamos esta opção de abordagem atentando para a construção cultural de uma cidade de maioria afrodescendente, porém, obediente historicamente e ainda vivendo sob os escombros da dominação branca que, se não extermina os valores ancestrais e culturais de uma maioria, sabe impor e ‘embranquiçar’² seus efeitos, tornando-os epistemologicamente e historicamente confusos.

Essa prerrogativa justifica o acesso a dados históricos sobre a construção social e cultural de uma cidade cuja complexidade racial impede um pensamento mais uníssono em termos culturais e passa a vislumbrar um compêndio de diversidade como desafio a desvelar em termos de configuração social pelo olhar da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê.

Por isso, este texto foi construído a partir de um estudo qualitativo e sugere um trabalho com o universo de significados. Tomando por base o objetivo que buscou desvelar as concepções de corpo a partir de uma organização social (Ilê Aiyê) pensamos que seu caráter em termos de abordagem seja o de considerar as subjetividades como matérias para construído do objeto ou estudo. O método dialético é explicitado na necessidade de compreensão das dinâmicas e suas contradições, não alijadas dos contextos sociais e culturais. Consiste em analisar o que contêm as mensagens e estratégias do Ilê Aiyê.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO ILÊ AIYÊ

Em 1º de novembro de 1974 nascia com o Ilê Aiyê uma nova estética negra em uma cidade onde a maioria da população não se fazia representar de forma tão cenicamente coletiva. Do impacto inicial gerado pelo desfile no carnaval em 1975, o processo edificou-se depois na assunção de identidade social. Era uma necessidade. A relevância do desfile do Ilê se deu a partir do contexto social, notadamente marcado por um clima internacional de tensões raciais. Afirmamos ter sido marcante a influência do processo emancipatório da negritude norte-americana nas maneiras de manifestações do Ilê Aiyê, pois à época denotava sentimento mundializado a partir dos *Black Power* americanos e dos *Panteras Negras*, movimentos que marcaram a luta dos negros estadunidenses, clamando por liberdade e fim da opressão política e cultural

Por isso, ficou patente no desfile de 1975 a intencionalidade da africanização como forma de aproximação comunitária idealizada pelos jovens criadores do Ilê Aiyê, residindo neste aspecto a originalidade do bloco que se assumiu como associação cultural em 1986, ano considerado marco da disposição do Ilê Aiyê nas ações afirmativas por meio da cultura, do lazer e da educação.

2. Refere-se a forma de se atribuir a todas as raças a construção de culturas eminentemente uni étnicas, como é o caso da capoeira e das manifestações indígenas.

Consideramos a perspectiva educacional do Ilê Aiyê a partir de sua luta política por questões emancipatórias como renda, emprego, educação, cultura e lazer. De outro modo, é preciso confirmar a existência do Ilê Aiyê como herança do terreiro Ilê Axé Jitolu, pois a permissão para a criação do “mundo negro”, a casa do Ilê, foi dado pela Yalorixá Mãe Hilda Jitolu, compreendendo ser necessário um espaço onde se pudesse congregiar o lazer com as formas de resistência para a população do bairro da Liberdade, especialmente da Rua do Curuzu. Importante é lembrar o solo de onde brotaram as ideias de criação do Ilê, remontando um pouco da história deste lugar, o bairro da Liberdade, cuja rua principal, Lima e Silva, divide a história em dois marcantes episódios.

O primeiro deles data do período colonial quando o bairro ainda era chamado de Estrada das Boiadas por onde passava o gado oriundo das fazendas do Recôncavo para ser levado para os mercados locais ou para o porto de Salvador. O segundo ostenta a glória de ter abrigado os pés dos que marcharam pela libertação da coroa portuguesa na luta pela independência da Bahia. O bairro da Liberdade ganhou este nome por ter sido um dos palcos da luta histórica do 2 de julho de 1822, por meio da qual foram expulsos os portugueses, consolidando o processo de independência do Brasil.

Hoje o bairro da liberdade pode ser visto como um distrito dentro de Salvador pela sua densidade populacional, perto de 600 mil habitantes, a maioria negra. É um importante centro comercial, de cultura e de lazer por abrigar blocos carnavalescos, lembrando também da famosa festa católica da Lapinha e dos festejos a São Cosme e São Damião, padroeiros católicos da Liberdade. A educação também pode ser lembrada, pois se encontra na Liberdade uma importante referência em escola idealizada por Anísio Teixeira, o centro Educacional Carneiro Ribeiro ou simplesmente Escola Parque que abrigou em seus quadros alunos que fundariam o bloco Ilê Aiyê. Subdividido em grandes localidades, o bairro da liberdade guarda outros nomes além da Rua do Curuzu, a exemplo da Soledade, Bairro Guarani, Lapinha, Sieiro, Pero Vaz, Rua Duque de Caxias, Jardim São Cristóvão, etc.

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, ÉTNICA E RACIAL NA ASSOCIAÇÃO BLOCO CARNAVALESCO ILÊ AIYÊ DE SALVADOR-BA: CORPOREIDADE, AFIRMAÇÃO E LUTA ANTIRRACISTA

No mar azul das saias plissadas, meu olhar quase infantil apenas via pernas brancas; no ICEIA não descobri o amor, o pecado reinava em mim. Fiz o que minha pequenez permitiu: descobri o vasto mundo das palavras, afoguei-me nas eternas emoções do brincar e para sempre aprendi que palavras carregam ilusão. (Jônatas Conceição, poema Ginásio, Quilombo de Palavras, p.21, 2000)

Para compreender a construção de uma educação intercultural, étnica e racial no Ilê Aiyê foi necessário considerar que o corpo/corporeidade como instrumento historicamente construído nos embates contra hegemônicos tornou-se para o Ilê Aiyê uma das esferas mais significativas para demarcação de suas aspirações afirmativas, sem esmaecer seus fundamentos religiosos. Para ampliar o debate, BASTIDE (2001) chamou a atenção para a ligação da cultura afro-brasileira com seus aspectos religiosos. Em “O Candomblé da Bahia”, o pesquisador francês descreve a necessidade de considerações sobre os ritos religiosos para a compreensão da cultura afro-brasileira e a importância de construção de uma identidade coletiva dos negros na Bahia.

Desta forma, a cultura negra foi visibilizada como veículo de organização e formação social e via para a assunção da identidade cultural do sujeito. lembrando o que definiu FREIRE, (1996) deixando evidente o seguinte: “que é a experiência histórica, política e social dos homens e das mulheres que trabalham em favor de sua assunção”. Este processo de formação dentro do Ilê Aiyê, onde a organicidade intelectual é validada nas ações concretas, nos coloca em reflexão em Gramsci, (2006) na parte em que este autor destaca questões como métodos de trabalho intelectual e elaboração colegiada cultural como estratégias da formação social.

É preciso elaborar sobre isso um projeto orgânico, sistemático e argumentado. Registro das atividades de caráter predominantemente intelectual. Instituições ligadas à atividade cultural. Métodos e problemas de métodos de trabalho intelectual e cultural, seja criativo ou divulgativo. (GRAMSCI, 2006. p. 32).

Um exemplo deste modelo é o Projeto de Extensão Pedagógica (PEP), criado em 1995. Elaborado por intelectuais da própria entidade, a exemplo do professor Jônatas Conceição (falecido em 2009) visou à aproximação com órgãos e entidades oficiais e não oficiais para uma intervenção nas escolas da rede pública, inicialmente nas unidades localizadas no bairro da Liberdade, periferia negra de Salvador-Ba onde está localizada a sede do Ilê Aiyê. A base metodológica do PEP compreende análises dos livros didáticos e a mobilização artístico-cultural dentro das escolas apoiada por formadores do bloco. A partir do PEP são criados os Cadernos de Educação cujas temáticas são sempre alinhadas com o tema anual do Carnaval no Ilê Aiyê.

Foi com essa intenção que Mãe Hilda (no Orum desde o 19 de setembro de 2009), como guia espiritual do ilê Aiyê, em 1995, abriu as portas do terreiro Ilê Axé Jitolu para receber professores que foram informar-se com vista à formação acerca da história e da cultura africana e afro-brasileira a partir do PEP.

Enquanto esse grupo de educadores era formado na “Academia do Terreiro”, crianças e adolescentes das escolas envolvidas, sob a direção dos monitores do Ilê, participavam de oficinas de dança, percussão, trançados e amarrações no corpo e na cabeça. A mobilização dos estudantes daquelas escolas também se deu através de concursos artístico-literários nos quais os alunos eram estimulados a produzir poesias, redações e desenhos sobre temas ligados ao Projeto. (ILÊ AIYÊ - Caderno de Educação, volume 12, 2004, p. 34).

Dos onze cadernos analisados na tese, seis foram preponderantes para a construção do trabalho por levantarem questões que dependiam de uma interpretação mais aprofundada sobre as questões de território, tradição africana, noções do continente africano, por isso os seis cadernos aparecem listados nas referências originais da tese.

Ana Célia da Silva, professora aposentada da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, acompanhou de perto a construção do PEP. Ana Célia foi orientadora dos cursos para os professores e colaborou para a edição dos Cadernos de Educação. A lição que tiramos da experiência desta professora é a de que foi preciso começar na localidade, escolas do bairro do Curuzu, para depois alcançar outros espaços.

Longe de qualquer conceito de ‘achismo’, a estrutura educacional do Ilê envolve mecanismos de alta produção intelectual, além de um corpo docente articulador profissional. Grande parte dos professores é graduada e muitos já fizeram ou estão fazendo pós-graduação. Na placa principal que identifica a sede do Ilê está escrito “Centro Educacional Senzala do Barro Preto”, mostrando a articulação entre a cultura afro-brasileira e uma estrutura de médio porte, física e organizativa. São oito andares, comportando as escolas e os cursos, o Museu e uma biblioteca, além de uma quadra onde são realizados shows e a Noite da Beleza Negra, concurso para escolher a mais bela negra que vai reinar no carnaval.

No ano de 2012, período da pesquisa de campo, o Ilê ofereceu como cursos profissionalizantes Estética Afro, Arte com Tecido e Eletricista Instalador Predial. Para os meninos da Banda Erê foram ofertados cursos de Capoeira, Cultura Digital, Dança, Percussão Canto e Cidadania. Estes cursos têm como base o Projeto de Extensão Pedagógica que prevê a formação de indivíduos críticos, conhecedores da sua história e afinados com as atualidades.

Se por um lado o surgimento do PEP demarca a educação como campo de luta do Ilê, por outro, encurta a distância da entidade com o aparelho estatal, gerando uma nova tensão aos olhos de quem entendeu a decisão como arrefecimento político e cooptação.

Não obstante, a lógica do formato educativo do Ilê Aiyê ganhou resistência dentro da estrutura formal das escolas por visar transformações curriculares e não apenas, em termos metodológicos, apêndices transversais.

A partir deste pressuposto cremos que construir uma nova epistemologia será possível desde que as produções sejam reconhecidas, editadas, edificadas como material didático-pedagógico produzido nas escolas a partir desta nova autoridade docente nas questões étnico-raciais. Foi com essa intenção que Mãe Hilda como guia espiritual do ilê Aiyê em 1995 abriu as portas do terreiro Ilê Axé Jitolu para receber professores que foram informar-se com vista à formação acerca da história e da cultura africana e afro-brasileira a partir do Projeto de Extensão Pedagógica, PEP.

Enquanto esse grupo de educadores era formado na “Academia do Terreiro”, crianças e adolescentes das escolas envolvidas, sob a direção dos monitores do Ilê, participavam de oficinas de dança, percussão, trançados e amarrações no corpo e na cabeça. A mobilização dos estudantes daquelas escolas também se deu através de concursos artístico-literários nos quais os alunos eram estimulados a produzir poesias, redações e desenhos sobre temas ligados ao Projeto. (ILÊ AIYÊ - Caderno de Educação, volume 12, 2004, p34).

Ambicionava-se, desse modo, que este material produzido, bem como suas práticas educativas, chegasse às academias e universidades de formação de professores. E deveria chegar focando um dos grandes objetivos do PEP que é privilegiar os saberes do estudante negro materializados na sua tradição cultural, ancestral e étnica. Esses pressupostos do PEP foram apresentados pela primeira vez nos Cadernos de Educação³ em 1995.

Sobre corpo/corporeidade, afirmamos ser vasto o seu estudo. Esta proposta interpreta o corpo em si e a sua centralidade na educação e na cultura. A trajetória mais recente da produção do conhecimento, (século XXI) interpreta como superada a concepção de corpo naturalizado. Passamos do estágio de “ter corpo” para o estado de “corpo-ser” numa concepção não apenas metafísica, mas, sobretudo, identitária. Esta visão propicia a concretização da hominização mediada pela cultura, como defende Le Breton (2007)

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. (LE BRETON, p.7)

Ao considerar superadas as concepções biologizantes e naturalizantes de corpo, admitimos analisar corporalidade por via da interseccionalidade: o corpo é ao mesmo tempo sexo, raça/etnia, gênero, pertencimentos, territórios, classes, etc. dimensões construtoras das subjetividades humanas. Esta preocupação da ausência de uma configuração corporal afro-brasileira em Salvador perpassa o senso comum e retira do corpo o sentido de identidade em seu significado mais abrangente: a reivindicação e assunção de si. É a forma mais crua da luta antirracista no Ilê Aiyê por expor seus corpos, gestos e culturas para uma sociedade de valores e imagens brancocêntricas dominantes.

Pensa-se em corpo-identidade desde que o paradigma construtivista do século XX pôs em suspense o determinismo dos naturalistas do século XVIII. No campo da produção do conhecimento ainda se tenta afirmar um “estado paradigmático”. Vivemos, portanto, na fronteira entre o contexto dialético das representações do corpo e a mediação destas com a cultura. Sugerimos, então, uma cronologia para o corpo nas áreas de conhecimento, especialmente na Educação.

3. Publicação do Ilê Aiyê que teve como temática central a “Resistência Negra”, editada em 1995 e que trouxe em seu corpo os pressupostos do Projeto de Extensão Pedagógica.

No século XVII, o ideário de corpo-identidade se apoiava nas concepções biologizantes ou naturalizantes referendadas pelos estudos da origem das espécies e hereditariedade de Charles Darwin. Por estas ideias, o corpo sobrepunha à cultura porque se constituía em elemento neutro sobre o qual poderíamos inscrever comportamentos e convenções.

O avanço da concepção da existência corpórea ou biopsíquica só começou a ser combatida no século XX com as demandas do construtivismo que propunha um novo empoderamento social e crítico do corpo. A marca desta nova concepção se apoiava ainda na naturalização corporal através do sexo.

A discussão sobre corpo-identidade encontrou avanço paradigmático e superador do binômio natureza X cultura por volta de 1940 quando os fatores sociais e históricos se constituíram em paradigmas. A era pós-Darwin e pós-construtivismo abriu o processo de questionamentos sobre o binômio natureza/cultura e, embora a ideia de neutralidade corpórea ainda encontre repercussões ativas, visto que os apegos e poderes sociais se constituem em cultura, já é seguro refutar a oposicionalidade do binômio. Corpo e cultura são interlocutores do processo de hominização, cabendo a cada um deles edificar a tarefa igualitária de suprir as identidades.

O primeiro se insere no contexto de controle institucional e artístico através da igreja ou “igrejas” e do Estado; o segundo revela-se em seu poder político e revolucionário a partir de sua autonomia no espaço e no tempo; o terceiro se firma na forma que, antítese de conteúdo, se presta a viver do imediato e da concepção de ter corpo.

Na perspectiva dos estudos culturais, corpo-ser é resultante das reivindicações identitárias, partidas de manifestações simbólicas. Essa cultura por não constituir um todo unitário pode ultrapassar fronteiras e se firmar em suas diferenças de forma a assumir sua alteridade.

Ao tirar o negro da senzala, dispondo-o em outro cenário qual seja seu universo criador, longe das algemas, tem-se a consciência de sua alteridade enquanto humano. A decisão reitera a liberdade como primazia para que aconteça a superação de um sistema que aprisiona as imagens do negro na sociedade atual e encontra no período escravocrata as razões das mazelas reais. De fato, ainda há reflexos deste período escravocrata nos números das desigualdades, pois o período foi longo e a sua vigência marcada por nuances sociais, políticas e culturais, mas há outras componentes mais firmes que perpetuam essas desigualdades, a exemplo do racismo.

Isso indica que se experimentam atualmente outras formas de desigualdades cada vez mais graves a partir das considerações de que a discriminação racial é herdada do período escravocrata e persiste velada, apesar de combatida. Por isso, é importante atribuir ao próprio negro a tomada de consciência dessa combatividade, tornando-o protagonista de sua própria história na luta pelo fim da escravidão institucionalizada.

Com estas afirmações, fica evidente que as ações e convenções sociais historicamente recorreram ao corpo para ditar normas e estabelecerem viés de dominação e empoderamento político. Aliado ao componente político ressurgem as concepções biologizantes e essencialistas recursivos para dominar aqueles contrários a padrões sociais, subversivos ou indesejáveis. Ideologicamente, essa forma de controle social se liga ao plano de reducionismo corporal marcando estéticas, etnias, sexo e uma suposta hereditariedade comportamental.

Assim, falar em pedagogia e corpo na Banda Erê é, sobretudo, observar e compreender o corpo ator daquela instituição de ensino cuja filosofia quer diferir da sistemática oficial de ensino onde corpo é o “eu”. Mas este “eu” não está carregando suas identidades e sim favorecendo a um conceito de “eu universal” onde a unilateralidade é mais significativa para o processo de necessidade produtiva e alienativa. Descarregar este “eu” do corpo no Ilê Aiyê significa dotar este mesmo “eu” de formas e conteúdos estéticos não dissociados dos sentidos do “eu coletivo”, imperioso, orgulhoso, estimado em si. Este sentimento é que produz um novo corpo, belo, cantante, dançante, não silencioso das mazelas e problemas causados pelo racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que o PEP defende primordialmente é a amplitude do desmascaramento do racismo estrutural e estruturante como forma de diminuir as desigualdades e a discriminação racial dentro e fora das escolas. Desta forma, o PEP por ser considerado um dos instrumentos mais eficazes para mudanças no sistema de currículos escolares, tornando a temática africana e afro-brasileira mais íntima da realidade educacional. Neste aspecto é interessante observar que a lei 10.639/2003 (que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas) ratifica o objetivo de tornar mais real este conhecimento.

Confirmamos ser o racismo uma das motivações da luta pela emancipação da população negra de Salvador tendo como espelho as formas de luta do próprio Ilê Aiyê. É importante afirmar que do ponto de vista da produção cultural, Salvador com sua diversidade contemplativa e celebrativa consegue suprir-se na demagogia da igualdade racial.

É preciso destacar ainda a participação de formadores⁴ negros nos programas de aperfeiçoamento docente para a educação étnico-racial da rede pública municipal e estadual por exigência da difusão e aplicação da Lei 10.639/2003. Esta formação inclui, além da base teórica ancorada na ancestralidade, identidades, cultura e resistência étnica, as experiências corporais dinâmicas praticadas no bloco Ilê Aiyê. Portanto, a prática do Ilê do ponto de vista comunicacional tende a considerar corpo e cultura como aportes para a compreensão do ato educativo.

4. Atuam não só na estrutura do PEP e da escola Mãe Hilda, como também na rede municipal e na rede estadual, além de universidades públicas e algumas particulares.

Em relação ao corpo/corporeidade, lembramos que no Ilê Aiyê ele se apresenta íntegro, embora suas rasuras grupalmente não perceptíveis, estejam presentes na individualidade de quem se veste e para um desfile tão importante, ápice de toda a reivindicação identitária do Ilê Aiyê. À primeira vista, estas rasuras parecem inegociáveis, porém, na vivência das ações culturais do Ilê, percebemos um canal de diálogo que desmascara qualquer tentativa de atribuir ao bloco um fechamento em si ou “racismo reverso”. Pelo contrário, comprova ser o Ilê Aiyê uma entidade aberta a pesquisadores e a comunidade, independente de cor de pele ou origem social.

Esta noção de “cada um é seu corpo” de forma crua valoriza a ideia de que o corpo é central na pedagogia, embora esta importância esteja fadada à cristalização de um corpo adestrável por necessidade, distante de um conceito de liberdade e humanismo. Assim, um corpo é qualquer corpo, sucumbindo à ideia de técnicas que se apropriem das habilidades corporais dos indivíduos, visando a *performance* e a sobrevivência.

Neste aspecto observa-se um conceito de Educação Física íntimo da eficácia e do adestramento, noções construídas ao longo da história da área e que se faz presente quando se tematiza a ideia particularizada de corpo. Escapar deste ideário parece tarefa problematizadora numa escola como a do Ilê Aiyê onde corpo tem sentido de integralidade humana e a estética vale tanto quanto a altivez corpórea por meio da fala e do gesto e a pedagogia tradicional corre no trajeto contrário.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R. O Candomblé da Bahia, São Paulo, SP, ed. Companhia das letras, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 2/Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

ILÊ AIYÊ, Cadernos de Educação - Mãe Hilda Jitolu, Guardiã da fé e da tradição Africana, volume 12, Salvador 2004.

LE BRETON, D. A sociologia do corpo, trad. Sônia M.S.F. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2ª edição, 2007.

QUILOMBO DE PALAVRAS: A Literatura dos Afro-Descendentes/ Organizadores: Conceição, J, Barbosa, L. A., 2ª Edição ampliada. CEAO/UFBA, Salvador-Ba, 2007.